



Revista de Administração Pública - RAP

ISSN: 0034-7612

deborah@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas
Brasil

Gomes de Sá, Marcio; Carvalho Benício de Mello, Sérgio
Reflexividade e articulação empreendedora na sociedade contemporânea: podemos fazer diferente?
Revista de Administração Pública - RAP, vol. 46, núm. 1, enero-febrero, 2012, pp. 249-270
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241021977012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Reflexividade e articulação empreendedora na sociedade contemporânea: podemos fazer diferente?

Marcio Gomes de Sá
Universidade Federal de Pernambuco

Sérgio Carvalho Benício de Mello
Universidade Federal de Pernambuco

Neste início de novo milênio, inúmeras tensões contemporâneas nos levam a refletir sobre “as principais questões públicas para a coletividade e as preocupações-chave dos indivíduos em nossa época”. Não estariam estas questões e preocupações inter-relacionadas numa visão de mundo reflexiva? A Teoria da Estruturação de Anthony Giddens oferece inspiração inicial para observarmos a relação agência-estrutura. As ideias reflexivas de Ulrich Beck nos mostram que, quer a observemos ou não, a “reflexividade” é algo inerente ao nosso tempo. Uma articulação empreendedora de caráter reflexivo surge então como uma possível (re)ação reflexiva e, conseqüentemente, fenômeno a ser investigado. Como esta pode se dar na sociedade contemporânea? Eis a principal indagação sobre a qual aqui refletimos teoricamente com base na pesquisa realizada.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da estruturação; reflexividade; Ulrich Beck; sociedade contemporânea; articulação empreendedora.

Reflexivity and entrepreneurial articulation in contemporary society: can we make different?

At the beginning of this new century, several contemporary questions lead us to reflect on “which are the main public matters for the community and the concern-keys of the subjects nowadays”. Wouldn’t these matters and concerns interrelated to a reflexive sight of the world? The Theory of Structure by Anthony Giddens offers us the initial inspiration in order to reflect about the relation agency-structure. Ulrich Beck’s reflexives ideas showed us that, either we notice it or not, reflexivity is something inherent to our age. The entrepreneurial articulation in such reflexive way appears as a possible reflexive (re)action and, in consequence, phenomenon to be studied. How that can happens in a contemporary society? This is the principal question about which we reflect theoretically based in the research carried through.

Artigo recebido em maio 2009 e aceito em maio 2010.

KEY WORDS: theory of structure; reflexivity; Ulrich Beck; contemporary society; entrepreneurial articulation.

1. Apresentação¹

Este trabalho visa apresentar as reflexões teóricas propiciadas por pesquisa empírica — que teve suas etapas metodológicas apresentadas em trabalhos já anteriormente publicados em anais de encontros científicos nacionais e, inclusive, na própria *RAP* (cf. Sá e Mello, 2005a, 2005b, 2009; Mello e Sá, 2006; Sá, 2006). Após o período de campo, os autores procuraram explorar análises e *insights* visando, justamente, articular as possibilidades teóricas apontadas pela investigação.

Dito isso, é preciso explicar nosso ponto de partida. As intrigantes relações entre “questões” e “perturbações” na sociedade contemporânea (cf. Mills, 1982:14). Foi inevitável recorrer a Mills (1982:11):

Aquilo que experimentamos em vários e específicos ambientes de pequena escala, já o observei, é com frequência causado por modificações estruturais. Assim, para compreender as modificações de muitos ambientes pessoais, temos necessidade de olhar além deles. E o número e variedade dessas modificações estruturais aumentam à medida que as instituições dentro das quais vivemos se tornam mais gerais e mais complicadas entre si. Ter consciência da ideia de estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes de pequena escala. Ser capaz de usar isso é possuir imaginação sociológica.

Ou seja, partimos de uma evidente imbricação de aspectos estruturais com as nossas ações cotidianas. Foi assim que descobrimos nosso interesse pelas “questões” contemporâneas e as “perturbações” que afligem os indivíduos ao ver e viver num tempo repleto de tensões. Foi assim que descobrimos o olhar de Anthony Giddens (1979, 1984) para a dualidade (e não dualismo!) estrutura-indivíduo e as ideias reflexivas de Ulrich Beck (1992, 1997). Foi assim que começamos a nos indagar...

Seria possível refletir sobre como os indivíduos podem ser agentes sociais, transformando suas “perturbações” em “confrontações reflexivas” com estas “questões” estruturais? Existem estes agentes? Atores² sociais seriam capazes de se articular de uma forma “diferente”? Uma relação entre problemáticas da sociedade contemporânea e o processo de articulação social de um indivíduo empreendedor poderia ser estabelecida?

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XXIX Encontro Anual da Anpocs (2005) no grupo de trabalho “Dilemas da modernização periférica”. Aos colegas participantes da sessão, pelos comentários, os autores fazem questão de registrar agradecimentos.

² Neste trabalho, os termos “ator” e “agente” são utilizados como sinônimos, assim como Giddens (1979, 1984) o faz.

2. Tensões contemporâneas

“Era da informação” (Bell, 1973), “sociedade em rede” (Castells, 1999a) e imersa em “riscos contemporâneos” (Beck, 1992), hoje vivemos num “mundo em descontrole” (Giddens, 2000). As desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista cada vez mais dividem a sociedade entre incluídos e excluídos. “Vivemos num mundo de transformações, que afetam quase todos os aspectos do que fazemos. Para bem ou para mal, estamos sendo impelidos rumo a uma ordem global que ninguém compreende plenamente, mas cujos efeitos se fazem sentir sobre nós” (Giddens, 2000:17).

Exclusão social, graves problemas ambientais e uma “fome irracional” — resultante de uma sociedade capaz de produzir alimento em excesso, mas incapaz de impedir que pessoas morram de fome — são apenas algumas das mazelas legadas pelo modelo industrial de desenvolvimento. Enquanto na “era industrial” o foco estava no plano econômico, hoje é clara a necessidade de uma preocupação com aspectos relacionados à própria sobrevivência da espécie humana e às condições de vida às quais muitos estão sendo submetidos; à sustentabilidade das atividades produtivas; às questões relacionadas ao meio ambiente; e aos diversos outros “riscos” (Beck, 1992) que, quando notados, geram o que aqui denominamos “tensões contemporâneas”. Ou seja, essas tensões seriam oposições internas *perceptíveis* na sociedade contemporânea que têm origem nos *riscos* gerados por ela própria. Para Beck (1992, 1997), riscos são problemas contemporâneos, de dimensões globais, herdados principalmente do industrialismo e não percebidos (ou devidamente confrontados), se observados por uma racionalidade moderna “simples”. Deste modo, hoje vivenciamos o reflexo do descaso de outrora com questões basilares à existência humana. Submergimos em múltiplos problemas que não podem ser simplesmente sanados com intervenções pontuais ou grandes investimentos financeiros em setores ou áreas específicas. É preciso ir além e rever a forma como nos enxergamos e nos confrontamos com estes riscos por nós mesmos gerados.

É das inúmeras tensões com as quais convivemos neste início de novo milênio que emerge nossa problemática. Assim, não podemos deixar de aqui abordar algumas delas. Muito embora desde já esclareçamos não ser nosso intento adentrar nas complexas discussões que envolvem cada uma dessas tensões. Aqui elas serão apresentadas sucintamente a título de contextualização. Estas tensões representam perigos inerentes à sociedade contemporânea.

A “*ditadura do consumo*” e seus reflexos nocivos nos saltam aos olhos. Observamos, no cotidiano, pessoas reduzidas a corpos sem vontade, dominados pelo movimento, controlados pela disciplina (Virilio, 1997), apenas plenamente obedientes ao seu dever maior: consumir. O consumo está em toda parte e, para Baudrillard (1998:31), constitui “uma mutação fundamental na ecologia das espécies humanas”. As pessoas são domesticadas na simples atividade incessante de consumir.

Violência; exclusão e exploração social; doenças psíquicas; sonhos vazios; perda de ideais; projetos de vida voltados para a obtenção de bens; horas extras desnecessárias; enfim, estas são algumas das tensões — bastante complexas — de uma “sociedade de consumo”. Mas

elas não estão isoladas, segregadas das inúmeras outras, muito pelo contrário, estão interligadas a tensões de outra natureza...

O aquecimento térmico do planeta, a diminuição dos mananciais de água, os desastres nucleares, a poluição urbana, a agricultura transgênica são apenas alguns dos temas que denotam a dificuldade com que estamos nos relacionando com o espaço, principalmente quando pensamos nos impactos irreversíveis de agressões ao meio ambiente. Problemas desta natureza trazem à tona debates em torno da forma como interagimos com o ecossistema.

O meio ambiente acaba sendo visto como “mais uma mercadoria em consumo”, consumo este que pode destruir ou exaurir os recursos comuns a toda a humanidade, já que, no ecossistema, as práticas de cada um trazem consequências que podem afetar todos os outros. Assim, é impossível se calcularem os efeitos colaterais em longo prazo da degradação ambiental (Wilk, 2001; Stevenson, 2002).

Como falar de tensões contemporâneas sem dedicar algumas linhas à *globalização*? Esta pode ser vista como *um conjunto complexo de processos paradoxais*. Ao mesmo tempo que podem ser observados “avanços globais”, outra face perversa — que ignora e marginaliza bolsões de pobreza e os excluídos da “sociedade da informação” — está longe de tornar a globalização “bela e atraente” (Giddens, 2000). Na realidade, “o processo de globalização tecnoeconômica que vem moldando nosso mundo está sendo contestado e será, em última análise, transformado, a partir de uma multiplicidade de fatores, de acordo com diferentes culturas, histórias e geografias” (Castells, 1999b:19).

Estas tensões globais também são evidentes, se fazem presentes e se somam às demais neste início de milênio. Juntas — e aqui também poderiam ser acrescentadas tantas outras não comentadas — constituem um breve retrato de algumas das problemáticas observadas em nossa sociedade. Conforme denominamos: tensões contemporâneas.

Reiteramos aqui apenas ter buscado apresentá-las de forma bastante sucinta — até um tanto quanto pouco responsável perante a complexa dimensão destas questões — sempre tendo em mente a contextualização necessária.

Terminado este passeio, é chegada a hora de iniciar a trilha escolhida.

3. Na trilha da reflexividade...

Os questionamentos que surgem acerca das tensões anteriormente apresentadas nos levaram a pensar sobre o papel de todos nós diante desta realidade. Estamos fadados a ver (e viver) um mundo que tende à autodestruição? Ou podemos transformá-lo? O que as pessoas podem fazer neste sentido? Tentamos congregiar estes questionamentos e sintetizá-los numa única e singela questão: *podemos fazer diferente?*

Na busca por possíveis caminhos para a formulação de possíveis respostas, encontramos argumentos que nos conduziram à “trilha” da reflexividade. Este foi o caminho escolhido... A autoconfrontação com os efeitos dos riscos contemporâneos é um grande desafio para esta sociedade na qual vivemos. Na visão de Beck (1992), a sociedade contemporânea é uma “socie-

dade de risco”, na qual repensar e transformar seus aspectos negativos é uma nova forma de conceber a modernidade numa perspectiva “reflexiva”. Em nosso tempo, estas preocupações são, cada vez mais, compartilhadas em redes — *e.g.*, de pessoas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas, entidades e gestão públicas —, já que não se trata de riscos isolados, específicos de determinadas localidades, mas sim preocupações globais nas quais os reflexos da inoperância põem em risco toda a humanidade. Aponta-se que hoje a sociedade é um problema para ela própria, já que há um retorno ao reino da incerteza, da ambivalência, da alienação. A sociedade passa a viver e agir nesta incerteza, os mais diversos riscos crescem e, independentemente de percebê-los ou não, todos estão imbricados nesta problemática. Eis a questão da “reflexividade” proposta por Ulrich Beck.

Assim, nos indagamos, por meio de sua “proposta reflexiva”: seria possível observar o indivíduo empreendedor como agente social, sendo este capaz de se articular e assim potencializar seu “poder transformador” (Giddens, 1997)?

4. Revelando indagações norteadoras

Como pôde ser visto, as tensões inerentes à contemporaneidade são fundamentais para nossa problematização. Aqui vislumbramos uma possível imbricação entre a “reflexividade” (Beck, 1992, 1997) necessária para a confrontação com estas tensões e a agência social empreendedora articulada.

Naturalmente, algumas indagações surgiram após a imersão na temática e são frutos de progressivas reflexões sobre aspectos que mais nos chamaram atenção ao longo da investigação. Foi assim que nos voltamos para o esclarecimento sobre algumas destas — priorizadas por relevância e interesse investigativo.

Tendo como fundamento teórico a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens e a Teoria da Reflexividade de Ulrich Beck, fizemos uma incursão no campo empírico e estudamos o caso peculiar de um indivíduo empreendedor, por nós considerado “agente” social, conforme argumentos expostos em Sá (2005).

Dito isso, aqui procuramos refletir sobre (1) como pode se dar a “articulação empreendedora de caráter reflexivo”³ na sociedade contemporânea?

Para que pudéssemos construir uma argumentação plausível neste sentido, foi necessário observar outras indagações que também nos nortearam na etapa empírica do estudo: por meio de quais práticas este “caráter reflexivo” pode ser observado? Quais são os interesses inerentes a este tipo de articulação?

³ Articulação empreendedora de caráter reflexivo: ações sociais articuladas, interações sociais, que visam determinados objetivos, praticadas por atores sociais de mercado e que apresentam indícios de “reflexividade”. Também aparecerá ao longo do texto como: articulação de caráter reflexivo.

Mas não paramos por aí. Outras indagações surgiram ao longo da investigação e se tornaram objeto central desse trabalho, juntamente com a indagação principal anteriormente apresentada: (2) qual a importância destas articulações empreendedoras “de caráter reflexivo” para a sociedade contemporânea? (3) Estas constituem (e são constituídas) pela estrutura social dominante deste início de século XXI? Caso sim, por meio de quais aspectos?

Indagações norteadoras reveladas. Passemos aos nossos fundamentos...

5. Teoria da Estruturação: inspirações iniciais

A Teoria da Estruturação concebida pelo sociólogo britânico Anthony Giddens⁴ aqui surge — abrindo os nossos fundamentos — devido aos valiosos *insights* que ofereceu para a investigação e reflexões teóricas que estamos apresentando.

Tanto nesta seção, sobre a Teoria da Estruturação, assim como na próxima, em relação à concepção de Ulrich Beck sobre reflexividade e seus desmembramentos, fazemos uso de algumas conceituações e argumentações das respectivas construções teóricas. Entretanto, desenvolvemos alguns aspectos não previstos e/ou apontados por seus autores. Por questões de formato, não é cabível aqui trazer as devidas ressalvas destas apropriações teóricas. Vale dizer que estas constam em Sá (2005).

O fato de concebermos as “perturbações” individuais atreladas às “questões” sociais foi decisivo na adoção desta perspectiva teórica. Esta é a razão que nos compele a trazer aqui alguns dos aspectos da Teoria da Estruturação que nos foram inspiradores.

Giddens (2003:XXIII) comenta que sua construção teórica pode ser considerada uma ampla reflexão sobre um pensamento de Marx: “os homens [permitam-nos dizer os seres humanos] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha”. Assim, não acreditamos na dicotomia característica da sociologia tradicional (e.g., funcionalismo e estruturalismo) entre as ideias de “estrutura” e “agência”, muito menos na segregação dos universos macro e microsociológicos (cf. Giddens, 1979, 1984; Berger e Luckmann, 1985).

Foi justamente a aproximação com a Teoria da Estruturação que nos ajudou a fortalecer esta concepção. A teorização de Giddens se volta para a compreensão da agência humana e das instituições sociais, baseando-se na premissa de que o dualismo agência-estrutura precisa ser redefinido como uma dualidade, ou seja, a estrutura social não está separada da ação humana, muito pelo contrário, constitui (e é constituída) por ela, estão imbricadas.

⁴ As ideias que compõem esta seção giram em torno da argumentação de suas obras originais: *Central problems in social theory* (1979) e *The constitution of society* (1984). Logo quando apresentada, esta teoria chamou atenção da academia internacional. Foi discutida, pontos fortes e fracos foram apontados. Aqui não entraremos por esta seara. Mas, para quem se interessar neste aprofundamento, uma edição especial do *Journal for the Theory of Social Behavior* (v. 13, n. 1, 1983) traz estudos e textos críticos, assim como um comentário do próprio Giddens sobre as críticas à sua teorização.

Ao relacionar a ação cotidiana dos indivíduos a aspectos estruturais sem instituir determinismos, esta teoria destaca a complementariedade entre estas dimensões, abrindo espaço para a agência humana. Estando esta não diretamente relacionada à intencionalidade das pessoas ao agir, mas sim à capacidade destas de “realizar coisas”. Assim, ressalta-se que agência “diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente” (Giddens, 2003:10-11).

Esta noção de agência nos é significativamente inspiradora, principalmente quando atrelada ao poder “fazer diferente”.

Ser capaz de “atuar de outro modo” significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. *A ação depende da capacidade do indivíduo de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. [...] Colocando estas observações de outro modo, podemos dizer que a ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora.* (Giddens, 2003:17, grifo nosso)

Ao observar a ação humana como detentora de “poder transformador”, não estando regida por algum tipo de “determinismo estrutural”, encontramos *na Teoria da Estruturação uma concepção de agência dotada da liberdade fundamental para o “fazer diferente”*. Contudo, essa capacidade de ação transformadora não deve ser vista de forma independente. Ou seja, o agente é capaz de fazer sua história, mas, como bem disse Marx, não de forma totalmente livre.

Assim, esta ação não é apenas restringida pelas conjunturas nas quais se dá, mas também pode ser facilitada por estas. Dito de outra forma, os contextos estruturais nos quais os agentes estão inseridos condicionam apenas parcialmente o que estes pensam e fazem, já que estes *podem apoiar-se nestes contextos e reinventá-los por meio da ação* (Junquilha, 2003; Rouleau e Junquilha, 1998). Para Cohen (1999), muito embora grande parte da vida social consista em regularidades de conduta, estas regularidades não podem ser vistas como elementos de uma ordem de uniformidades “trans-histórica”. Ao fazer uso de sua capacidade de “fazer diferente”, o agente pode ir além das regularidades de conduta socialmente acordadas e vislumbrar outras formas de ação.

6. A Reflexividade de Ulrich Beck

Não é à toa que “reflexividade” compõe o título deste artigo. Esta é a ideia fundamental que guia nosso olhar sobre a ação social articulada, ou seja, articulação na sociedade contemporânea. Assim, é preciso nos aprofundar no pensamento original do sociólogo alemão Ulrich Beck — no que tange à sua teorização sobre “reflexividade”.

Esta seção é dedicada a uma “caminhada um pouco mais longa” por esta “trilha”, de tal forma a torná-la compreensível, assim como apresentá-la como nosso sustentáculo central.

É partindo dela que iremos observar a “articulação de caráter reflexivo”. Na realidade, foi a Teoria da Reflexividade que norteou nosso olhar para o fenômeno em questão.

Por que e como surge esta teorização sobre reflexividade? O que, de fato, ela significa? Porque é importante para a sociedade contemporânea? Para tentar responder estas e outras indagações (ainda por vir), recorreremos, basicamente, a duas obras de Ulrich Beck: *Risk society* (1992) e *Modernização reflexiva* (1997) — sendo esta uma discussão protagonizada com Anthony Giddens e Scott Lash.

A Teoria da Reflexividade tem raízes numa visão de modernidade que se contrapõe à sua concepção “tradicional”, “simples” ou “ortodoxa”, que está diretamente relacionada à sociedade (e ao capitalismo) industrial. O conceito “modernização reflexiva” é desenvolvido pelos três autores e, apesar de trazerem alguns pontos de confluência, são divergentes em outros tantos. Na perspectiva de Beck, assim como a modernização simples está relacionada à sociedade industrial, a modernização reflexiva está diretamente ligada à “sociedade de risco” (cf. Beck, 1997:15-19).

No prefácio de *Modernização reflexiva*, escrito a seis mãos, Giddens, Beck e Lash (1997:7) nos oferecem uma noção da importância que é dada ao tema “reflexividade” nesta obra, assim como apresentam a inovação da “proposta reflexiva” por eles abarcada.

A reflexividade — embora compreendida de maneiras muito diferentes em cada um dos três autores — é um dos temas mais importantes. Para todos nós, a prolongada discussão sobre modernidade *versus* pós-modernidade tornou-se cansativa e, assim como muitas discussões desse tipo, acabou resultando pouco produtiva. A ideia de modernização reflexiva, independente de se usar ou não este termo como tal, rompe as amarras em que estas discussões tenderam a manter a inovação conceitual. (grifo dos autores)

Isto posto, aqui iremos fazer uma diferenciação fundamental entre a Teoria da Reflexividade e “reflexão da [ou na] modernidade”, já expondo nosso alinhamento teórico com a primeira. Concluímos esta seção com uma aproximação que intitulamos de “delicada”, pois dispõe lado a lado as “ideias reflexivas” e o tipo específico de articulação que, partindo destas ideias, aqui concebemos.

Antes de prosseguirmos, para que as ideias que surgem do olhar de Ulrich Beck (1997:216) sobre a modernidade fiquem claras, aqui trazemos (e fazemos nossas!) a questão levantada (e as respostas apresentadas) pelo próprio autor ao se contrapor às teorias da modernização simples:

Como, então, as épocas e as teorias da modernização simples (ortodoxa) e da modernização reflexiva (na minha concepção) diferem? Cinco contrastes e grupos de características delineiam o horizonte.

Primeiro, com respeito à situação de vida, à conduta de vida e à estrutura social: as categorias dos grandes grupos e as teorias de classe são essencialmente diferentes da individualização (e intensificação) da desigualdade social.

Segundo: as problemáticas da diferenciação funcional das esferas de ação “autonomizadas” são substituídas pelas problemáticas de coordenação funcional, articulação e fusão de subsistemas diferenciados (assim como seus “códigos de comunicação”).

Terceiro: os modelos de linearidade (e crenças atávicas no controle) característicos da fé no progresso a partir da modernização perpétua são substituídos pelas imagens de discussões múltiplas e de níveis múltiplos da automodificação, do autorrisco e da autodissolução das bases da racionalidade e das formas de racionalização nos centros (de poder) da modernização industrial. Como? Como efeitos (colaterais) incontroláveis dos triunfos da modernização autonomizada: retorna a incerteza.

Quarto: enquanto a modernização simples ultimamente situa o motor da transformação social nas categorias de racionalidade instrumental (reflexão), a modernização “reflexiva” concebe a força motriz da mudança social em categorias do efeito colateral (reflexividade). O que não é visto, não é refletido, mas, ao contrário, é externalizado, acrescentando-se à ruptura estrutural que separa a sociedade industrial da sociedade de risco, que separa das “novas” modernidades do presente e do futuro.

Quinto: além da esquerda e da direita — a metáfora espacial que se tornou estabelecida ao longo da sociedade industrial como ordenação do político — conflitos políticos, ideológicos e teóricos estão começando, os quais (em razão de todo seu experimentalismo) podem ser capturados nos eixos e nas dicotomias do certo-incerto, dentro-fora e político-apolítico.

O que mais nos chama atenção no pensamento de Beck é sua lucidez ao expor o quadro social que, quer queiramos vê-lo ou não, nos é dado, legado pelas gerações anteriores e acen-tuado por nossa forma de viver (e ver) o mundo.

Reflexividade não é “reflexão da [ou na] modernidade”!

Aqui será preciso esclarecer o que acima exclamamos. Os argumentos de Ulrich Beck continuam nos fornecendo os subsídios necessários (também) a este intento.

Esta distinção entre reflexão (conhecimento) e reflexividade (autodissolução ou autorrisco não intencional) da modernidade é de suma importância para nós. Indo além, fornece subsídios para tornarmos claro que a reflexividade está para além da ideia moderna de reflexão *per se*. Ela simplesmente acontece, quer estejamos aptos para refletir ou não, podendo nos projetar para outro tipo de postura perante o quadro contemporâneo.

Primeiramente, “reflexão da modernidade” não é reflexividade porque esta teorização aponta para dois estágios nos quais “podemos estar” na sociedade contemporânea: (1) apesar de nossas ações produzirem “reflexos danosos” continuamente, não os observamos e, conseqüentemente, não nos confrontamos com estas ações e reflexos (note-se bem que podemos refletir sobre nossas atividades profissionais, temos mais e mais conhecimento para isso, somos cada vez mais especializados, o desenvolvimento moderno nos proporciona este

tipo de pensamento mas, ainda assim, neste estágio, não somos capazes de atentar para a reflexividade inerente aos nossos atos e aos riscos por eles gerados), muito menos os discutimos; continuamos observando o mundo da perspectiva da modernização simples enquanto as consequências de nossas ações tendem a ser globais e incontrolláveis, ou seja, reflexivas (em sentido restrito); (2) um estágio diferente se dá quando os perigos gerados por nossa sociedade passam a ser vistos como resultantes de nossa postura perante a vida, o globo e os demais que o coabitam; esta perspectiva permite o surgimento de uma consciência quanto ao impacto de um estilo de vida (ainda) norteado pela visão de mundo da sociedade industrial. Há então a descoberta da reflexividade de nossos atos, sendo esta descoberta geradora de uma “consciência reflexiva”.⁵ Esta se dá num segundo estágio de reflexividade, propicia mudança na forma como o ator reflexivo se vê (no) e vê (o) mundo, passando a atentar para esta, advém da confrontação com a própria forma de viver de cada um, com os reflexos do nosso estilo de vida no mundo e na Humanidade (Beck, 1992, 1997). Ou seja, uma confrontação com a própria forma de viver de cada um, com os reflexos de nosso estilo de vida.

À luz destes dois estágios, o conceito de “modernização reflexiva” pode ser diferenciado em contraposição a um equívoco fundamental. Este conceito não implica (como pode sugerir o adjetivo “reflexivo”) *reflexão*, mas (antes) *autoconfrontação*. [...] O tipo de confrontação das bases da modernização com as consequências da modernização deve ser claramente distinguido do aumento do conhecimento e da cientificação no sentido de autorreflexão sobre a modernização. (Beck, 1997:16, grifo do autor)

Conhecimento prático e teórico sobre atividades desempenhadas e apenas reflexão com base numa “racionalidade técnica” (Schön, 1991) não representam reflexividade. Este “autoajuste” ao sistema pode até vir a ser observado por alguns autores — de certa forma, até o é pelo próprio Beck — como uma forma limitada de “reflexividade” atrelada ao conhecimento técnico e à ação instrumental. Mas, de fato, na dimensão que aqui a descrevemos, não pode ser tida como tal. Refletir sobre o que é feito, como é feito, promover mudanças com base em inovações produzidas pelo desenvolvimento da ciência moderna especializada, ou até mesmo na *práxis* profissional de cada um é diferente da reflexividade que acontece nos dois estágios acima apresentados. No primeiro, uma reflexividade (em sentido restrito) relacionada aos reflexos — propriamente ditos — das nossas ações (e omissões). No segundo, além desta reflexividade (restrita), uma consciência reflexiva, uma autoconfrontação com as problemáticas por nós mesmos geradas, inerentes ao nosso tempo.

⁵ A consciência reflexiva se dá num segundo estágio de reflexividade, propicia mudança na forma como o ator reflexivo se vê (no) e vê (o) mundo, passando a atentar para a reflexividade, ou seja, advém da confrontação com a própria forma de viver de cada um, com os reflexos do nosso estilo de vida no mundo e na humanidade (Beck, 1992, 1997).

Para que esta diferenciação fique bastante clara, por que não trazer as palavras do próprio Beck (1997:209-210)?

Em termos precisos, a “reflexividade” da modernidade e da modernização, a meu ver, não significa reflexão sobre a modernidade, a autorrelação, a autorreferencialidade da modernidade, nem significa a autojustificativa ou autocrítica da modernidade no sentido da sociologia clássica; em vez disso (e antes de tudo), a modernização reduz a modernização, não intencional e não vista, e por isso, também livre da reflexão, com a força da modernização autonomizada.

A premissa clássica da teoria da reflexão da modernidade pode ser simplificada à tese inicialmente sustentada: quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os agentes (sujeitos) adquirem capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e, assim, modificá-las. Em contraste com isso, a tese fundamental da teoria da reflexividade da modernidade, grosseiramente simplificada, afirma o seguinte: quanto mais avança a modernização das sociedades modernas, mais ficam dissolvidas, consumidas, modificadas e ameaçadas as bases da sociedade industrial. O contraste está no fato de que isso pode muito bem ocorrer sem reflexão, ultrapassando o conhecimento e a consciência.

Vistas à luz do dia, essas teorias não são completamente diferentes? O que elas têm em comum? Minha resposta, no mínimo, é uma consequência central. Ambas afirmam que, na modernidade reflexiva, os indivíduos tornaram-se cada vez mais livres da estrutura; na verdade eles têm de redefinir estrutura [...] ou, de maneira ainda mais radical, reinventar a sociedade e a política.

Minha segunda resposta é que a teoria da reflexividade (sob certas condições) inclui a teoria da reflexão da modernização — mas não ao contrário. A modernização reflexiva, no sentido da teoria cognitiva [ou seja, a “reflexão da modernidade”], ignora (se a interpreto corretamente) a possibilidade de que a transição para outra época da modernidade possa ocorrer de maneira não intencional, não vista, e superando as categorias e teorias dominantes da sociedade industrial (incluindo suas controvérsias na ciência social).

Desta forma, a Teoria da Reflexividade contradiz o otimismo instrumental da modernização simples em relação à possibilidade de controle predeterminado daquilo que é incontrollável. O seu cerne analítico ressalta que *a reflexividade produz choques fundamentais que podem: ser tratados (equivocadamente) conforme a racionalidade moderna “simples” e alimentar fundamentalismos (e.g., neonacionalismo, neofascismo); ou levar a uma reformulação dos objetivos e das bases da sociedade contemporânea.*

Feitos estes devidos esclarecimentos, a reflexividade — à qual queremos chegar — surge com base nestas distinções. Acreditamos numa reflexividade para além da reflexão condicionada pela instrumentalidade imperante na sociedade contemporânea e também para além da não intencional — característica da sociedade de risco. Acreditamos no segundo estágio que apresentamos de início, uma reflexividade relacionada à (auto)confrontação com os problemas por nós mesmos gerados.

É partindo destas considerações (e questões) que compõem (e circundam) a Teoria da Reflexividade que seguimos em direção da “articulação empreendedora de caráter reflexivo” na sociedade contemporânea...

Reflexividade e articulação: uma aproximação delicada

As raízes reflexivas de nossa visão de mundo (e opção teórica) nos afastam do pensamento moderno (tradicional) e nos compelem a intentar uma construção argumentativa de “caráter reflexivo”.

A modernização reflexiva se apresenta como uma alternativa para a revisão das diretrizes lineares do progresso técnico-econômico. O modelo desenvolvimentista moderno tradicional é questionado por estar orientado por uma racionalidade limitada (a instrumental) enquanto, como alternativa à “reflexão na [ou da] modernidade”, o pensamento reflexivo propõe, em linhas gerais, uma conscientização sobre os reflexos (i.e., “efeitos ecológicos colaterais”) inerentes à sociedade de risco e uma fundamental (auto)confrontação com os mesmos numa “radicalização da modernidade” capaz de apontar perspectivas para uma sociedade “diferente”.

Mas o que tudo isso tem a ver com articulação? Como acontece esta aproximação? E mais, o que nos leva a acreditar que atores sociais podem ter uma “atitude reflexiva” perante as tensões contemporâneas?

Mesmo vivendo num mundo que obedece às diretrizes comportamentais da lógica de mercado neoliberal, acreditamos que as pessoas são capazes de agir não apenas conforme a racionalidade instrumental imperante e enxergar a reflexividade da sociedade contemporânea. Mais ainda, podem aproveitar a configuração atual do capitalismo informacional, um “espaço de fluxos” (Castells, 1999a), e se articular em favor de desafios reflexivos. Indícios de uma “consciência reflexiva” podem surgir em seu pensar e agir. Esta consciência pode ser compartilhada em suas interações cotidianas e as pessoas podem começar a pensar e agir de forma “diferente”. É justamente esta possibilidade de compartilhar e “fazer (juntos) diferente” que desperta nossa curiosidade científica.

Vemos neste processo de “articulação de caráter reflexivo” uma nova forma de interagir com potencial para apoiar a reformulação dos objetivos e das bases da sociedade contemporânea. No âmago do capitalismo do novo milênio, agentes podem não estar apenas preocupados com a lucratividade de seus negócios. Ao serem “convidados” por uma nova visão de mundo, podem se confrontar com a realidade social que está para além do mundo dos negócios em si (de forma restrita), mas que se faz presente “nas esquinas”, “batendo à sua porta”.

A articulação passa a ser, então, um “elo” que tende a ser estendido por aqueles que compartilham desta visão. Pode ser justamente o canal através do qual os “desafios de confrontação” — que se apresentam aos atores sociais como resultado das tensões contemporâneas; quando conscientemente abraçados (i.e., quando se apresentam indícios de uma “consciência reflexiva” e dela parte-se para ações de combate às problemáticas envolvidas nestas tensões),

podem ser tidos como “desafios reflexivos” que pedem atitudes e práticas alinhadas a uma visão de mundo reflexiva — possam ser disseminados e consequentemente enfrentados.

Neste exercício teórico, a racionalidade tem importância central. Para que uma articulação possa ser denominada “reflexiva”, ou seja, para ser configurado um “caráter reflexivo” na articulação, é preciso que sejam identificados indícios de uma “racionalidade reflexiva” neste processo.

É então chegada a hora de fazer um esclarecimento. Quando denominamos a articulação como de “caráter reflexivo”, não está implicado que esta seja reflexiva por completo. Quando assim denominamos o fenômeno em questão é por enxergarmos indícios de “consciência reflexiva” em determinadas atitudes, declarações e nas formas de interação com os demais agentes envolvidos. Em suma, há, mesmo que incipiente, uma forma “diferente” de agir, pensar e interagir movida por esta racionalidade não instrumental.

A “articulação de caráter reflexivo” atenta para os efeitos colaterais inerentes à sociedade de risco, já que tem como força motriz o reconhecimento (e a consequente confrontação) com a reflexividade geradora destes efeitos. Assim, aponta: que os agentes sejam capazes de rever suas práticas cotidianas (na medida em que passam a observar a reflexividade inerente ao nosso tempo); para atitudes condizentes com esta visão de mundo (ou seja, o surgimento de uma “consciência reflexiva”); uma racionalidade não instrumental; que crenças, valores e significados sejam resgatados e/ou constituídos e compartilhados com pares; para o desenvolvimento de competências de confrontação; autocrítica e aproximação do discurso com a ação; ação na incerteza; observação, compreensão e respeito às ambivalências.

Como pode se dar este fenômeno na sociedade contemporânea? É justamente esta a nossa indagação primeira...

7. Sobre o estudo de caso

“Reflexividade e articulação empreendedora na sociedade contemporânea: podemos fazer diferente?” é o título da investigação de Sá (2005) que originou estas reflexões. Nela, após a construção de aporte teórico, um caso peculiar foi estudado. É justamente com base nos fundamentos teóricos (anteriormente apresentados) e neste estudo de caso que elaboramos estas reflexões. Onde se passa o caso estudado? De que se trata? Responder a estas duas questões também é nossa obrigação.

Em Pernambuco, um polo tecnológico surge e se projeta com grande destaque no cenário de tecnologia da informação (TI) do país. Neste polo, Marcelo Fernandes é sócio da GlobalTech (empresa de *e-solutions* e *e-results*) e, ao mesmo tempo, preside a filial estadual do CDI-Comitê para Democratização da Informática (ONG que trabalha visando a inclusão social e o resgate da cidadania de jovens, de comunidades de baixa renda, através da inclusão digital).

A GlobalTech (GT) tem hoje sua sede no Porto Digital, estrutura de negócios viabilizada com investimentos do governo do estado para “embarcar” empresas que trabalham com TI. Anteriormente ocupava duas salas no Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco

(Itep), outra estrutura, também viabilizada pelo governo do estado, para a incubação de empreendimentos de base tecnológica (entre outras atividades) e que hoje é uma fundação de direito público vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.

Em entrevista realizada dentro do escopo de outra investigação (prévia a esta, mas desenvolvida pelo mesmo núcleo de pesquisa), observou-se que a atuação de Marcelo era peculiar. A forma como costurava parcerias, sua inserção em problemáticas sociais de forma ativa (e empreendedora), sua articulação neste sentido tornavam sua ação “diferente” e nos levou a escolhê-lo como caso ilustrativo para este estudo recentemente realizado.

Neste, observamos a figura do empreendedor “para além” do “herói mitificado neoliberal” (Ogbor, 2000). Diferentemente do “mito”, vimos *o empreendedor como um ator social* capaz de apresentar “indícios de reflexividade” em suas ações e compartilhá-los em suas articulações.

Partimos ao campo para buscar apoio empírico a esta argumentação. A estratégia partiu da perspectiva metodológica da Sociologia do Cotidiano de Machado Pais (2003). Essa perspectiva nos conduziu a bisbilhotar, num “estudo de caso ilustrativo” (Stake, 1994, 1995), “indícios reflexivos” na ação e articulação de um ator-empendedor peculiar. Durante um período de um mês, um de nós o acompanhou diariamente e tentou colher, das mais diversas formas, evidências que também nos apoiam nestas reflexões. Diversas foram as técnicas e etapas da pesquisa. Essas são meticulosamente descritas em Sá (2005).

8. Reflexões teóricas

Nossa visão de mundo é “reflexiva”. Lembremos que, juntamente com Ulrich Beck, observamos a sociedade contemporânea sob este “olhar” oferecido nas proposições congregadas em torno das suas “ideias reflexivas”.

Também, logo de início, havíamos apontado que acreditamos viver numa “sociedade de risco”, “em rede”, e que, neste início de novo milênio, inúmeras tensões contemporâneas (e.g., a “ditadura do consumo”, as problemáticas ecológicas) nos levaram a refletir sobre a questão apresentada por C.W. Mills (1982:17): “Quais as principais questões públicas para a coletividade e as preocupações-chave dos indivíduos em nossa época?”

Reflexão inicial com base na inspiração teórica

Nesta etapa reflexiva inicial, reforçamos nosso argumento de que, entre as “questões públicas para a coletividade”, as tensões contemporâneas — algumas das quais comentamos anteriormente — ocupam lugar de destaque. E, quanto às “preocupações-chave para os indivíduos em nossa época”, duas delas nos interessam em particular neste momento — por serem significativas para o fenômeno em discussão — e puderam ser observadas ao longo da investigação.

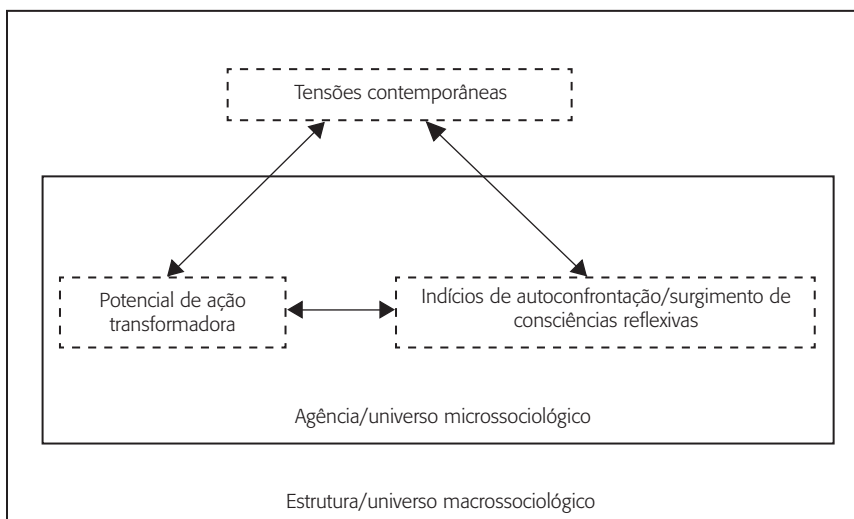
São elas: (a) potencial de ação transformadora; (b) indícios de autoconfrontação/surgimento de “consciências reflexivas”.

Retomando nossa inspiração teórica, as tensões contemporâneas que observamos estão na dimensão “estrutura”, no campo macrosociológico. Todavia, como aponta Giddens (1979, 1984, 2003), estão imbricadas com a dimensão “agência”, no campo microsociológico, com as “preocupações” para as quais nosso interesse investigativo se voltou — sem esquecer, de forma alguma, esta inter-relação.

Observamos então, na dimensão “agência”, aspectos que possibilitam ao indivíduo exercer “poder no sentido de capacidade transformadora” (Giddens, 2003:17), ou seja, sua “agência” — estes aspectos aqui são entendidos como “potencial de ação” (itens “a” e “b”) — e, conseqüentemente, são elementares ao fenômeno da articulação de caráter reflexivo.

Na figura 1 apresentamos este primeiro esforço teórico-reflexivo. “Num mundo reflexivo”, afinal, é assim que o vemos, as tensões contemporâneas (universo macrosociológico/estrutura) estão imbricadas com as intenções de ações (universo microsociológico/agência).

Figura 1
Num “mundo reflexivo”...



Esta reflexão inicial é basilar para que possamos passar à próxima etapa e argumentar em torno de nossa principal indagação.

Sobre nossa primeira indagação: como se dá a articulação?

Partindo do que aprendemos em nossa investigação, agora nos lançamos numa reflexão final sobre a primeira delas (Como pode se dar a “articulação empreendedora de caráter reflexivo”

na sociedade contemporânea?). Essa é a indagação que aqui retomamos. A visão de mundo “reflexiva” nos apoia e, partindo das tensões e dos “potenciais de ação” anteriormente apresentados, possibilita observar os desafios de confrontação e a articulação de caráter reflexivo como consequências destes aspectos visualizados na figura 1.

“Desafios de confrontação” são resultantes das “tensões contemporâneas”, na medida em que ocorre a confrontação com estas. Para tal, (a) potencial de ação transformadora e (b) indícios de autoconfrontação/surgimento de consciências reflexivas são compartilhados entre o ator e alguns dos pares com os quais interage. É neste compartilhar que se constitui a “ideia elementar” do que é a articulação de caráter reflexivo, ou seja, uma ação articulada que apresenta (a) e (b) compartilhados entre ator social e demais interagentes nela envolvidos. Esta, no entanto, não acontece apenas devido à congregação de (a) e (b). Estes são os aspectos elementares para que este fenômeno aconteça. Ao se observar, de fato, como esse se dá, atenta-se para outros aspectos que estão imbricados com o mesmo. Esses, com maior ou menor intensidade de acordo com as circunstâncias contextuais, influem (e são influenciados) no (pelo) fenômeno da articulação de caráter reflexivo.

Entretanto, neste esforço teórico-reflexivo, observou-se que alguns aspectos se fazem presentes com uma maior ênfase. Estes estão abaixo relacionados:

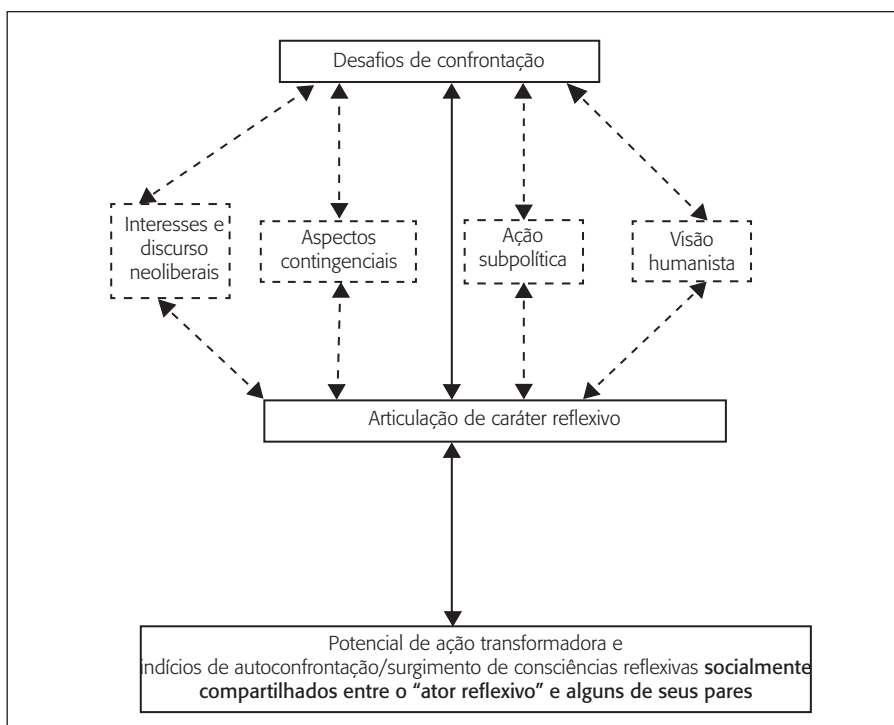
- a) interesses e discurso neoliberais: paradoxalmente, a articulação de caráter reflexivo, ao mesmo tempo que a eles, de certa forma, atende, também os confronta — por apresentar criticidade em relação ao “hegemônico” e agir em sua oposição — tanto no âmago da intimidade de sua racionalidade quanto na forma de agir, interagir e pensar do seu “mito-herói”, o empreendedor capitalista. Aqui também é observado o cinismo dos reais anseios e interesses das empresas, no entanto, seus recursos são importantes e, para obtê-los, os interagentes reflexivos recorrem a articulações “viabilizadoras”. Mas, também se acredita ser possível, paulatinamente, modificar a racionalidade moderna “simples” do empresariado em geral ao se inserirem “questões públicas” na esfera dos negócios;
- b) ação “subpolítica”: para que desafios de confrontação sejam enfrentados, a soma de forças por meio de articulações neste campo é crucial. Beck (1997) já aponta para este aspecto — também observado na investigação — e diz que, por meio dele, se anseia impactar o político, interferir e modificar as instituições;
- c) visão humanista: o resgate do ser humano num mundo controlado pelos megainvestidores financeiros, por grandes corporações globais e pela hegemonia neoliberal faz-se necessário. Uma visão humanista apresenta forte influência no processo de articulação de caráter reflexivo. Seu caráter pessoalista (o fenômeno se dá e está diretamente vinculado a pessoas) e a crença no ser humano se fazem presentes de forma marcante;
- d) aspectos contingenciais: diversos destes também puderam ser vistos na investigação realizada, mas não são relevantes tanto quanto os aspectos acima apresentados; contudo, também precisam ser aqui registrados.

Todos eles compõem os principais aspectos ambientais que influenciam (e são influenciados) tanto pela articulação de caráter reflexivo quanto pelos desafios de confrontação.

Como dissemos, o potencial de ação transformadora e os indícios de autoconfrontação/surgimento de “consciências reflexivas” compõem a “ideia elementar” deste tipo de articulação. Ela se constitui a partir do momento que estes são compartilhados entre o “ator reflexivo” e alguns dos pares com os quais interage e enfrenta os desafios de confrontação que constantemente surgem na sociedade contemporânea.

A figura 2 visa ilustrar este processo.

Figura 2
Articulação de caráter reflexivo



Como acima exposto, indivíduos podem sim se tornar efetivamente agentes reflexivos e transformar suas “perturbações” em “confrontações reflexivas” com os desafios de confrontação. Naturalmente, uma relação entre tensões contemporâneas (figura 1), na medida em que os desafios de confrontação (figura 2) são, por ela, gerados, e a articulação de caráter reflexivo (figura 2) — que surge diretamente atrelada a estes desafios, atuando no enfrentamento dos mesmos — são observadas.

Tendo em vista o que aqui expomos, notamos que podemos sim fazer diferente, embora o que hoje é feito ainda esteja, em muito, restringido pela estrutura hegemônica e seus aspectos restritivos.

Um possível caminho?

Tendo refletido com base em nossa inspiração teórica e, na sequência, apresentado nossa reflexão “final” sobre a principal indagação proposta, ainda existem indagações que precisam ser observadas...

Estas não foram abordadas — ao menos explicitamente — na pesquisa de campo de Sá (2005) e, desde o início, foram propostas por acreditarmos em sua relevância. São elas: qual a importância deste fenômeno para a sociedade contemporânea? Este constitui (e é constituído) pela estrutura social dominante deste início de século XXI? Caso sim, por meio de quais aspectos?

Embora este tipo de estudo se volte para uma dimensão particular da vida social, será que isso o obriga a prescindir de teses e hipóteses sobre o conjunto da sociedade? De concepções sobre a estrutura social? Estas são questões propostas por Pais (2003), que continua ponderando sobre o estudo da vida cotidiana, no sentido de que não se deve fazer abstração da individualidade, e também não se devem desconsiderar as proposições concernentes às estruturas sociais, afinal, estas servem de base para as interações — e vice-versa, como sustentamos apoiados em Anthony Giddens. É para esta dimensão estrutural que agora trazemos nossas reflexões.

Na sociedade contemporânea, convivemos com uma série de questões que nos foram legadas por um modelo econômico-produtivo que atende aos interesses do capitalismo em sua versão industrial. Ao se focar a dimensão econômica e estruturar processos produtivos visando o desempenho máximo e, conseqüentemente, o maior retorno financeiro possível dos empreendimentos, dimensões outras foram ignoradas (e.g., social, ecológica, cultural).

Junto a estes problemas, uma racionalidade orienta não somente as atividades produtivas que atendem aos requisitos capitalistas, mas também é disseminada por praticamente todas as dimensões da sociedade do século XXI. Acostumamo-nos a ver o mundo de uma forma instrumental, assim como “reza a cartilha” do capitalismo neoliberal, que orienta as ações humanas para objetivos condizentes com esta instrumentalidade imperante em nosso tempo.

Assim temos, lado a lado, problemáticas de conseqüências incomensuráveis e uma racionalidade moderna “simples” que não apresenta possibilidades de oferecer alternativas satisfatórias para reflexões e decisões adequadas quanto a essas problemáticas — justamente por não se mostrar capaz de desprender-se de seus pressupostos e compreender a natureza destas questões emergentes. O que isso acarreta? Se continuamos pensando dentro do “cercado” da racionalidade moderna “simples”, acarreta uma natural impossibilidade de ações transformadoras no sentido de enfrentar estas problemáticas de formas adequadas.

Naturalmente, a estrutura social dominante — que, para nós, é uma estrutura de “rede” (cf. Castells, 1999a) — é influenciada por estes aspectos. Indo além, esses aspectos compõem

esta estrutura na medida em que se fazem presentes nesta ao gerar o que chamamos de “tensões contemporâneas”. Por definição nossa, essas tensões são oposições internas perceptíveis da sociedade contemporânea que têm origem principal nas mazelas (cada vez mais visíveis) do modelo capitalista industrial de desenvolvimento e que se fazem presentes na “sociedade em rede” deste início de novo milênio. São essas tensões que evidenciam o estado de desequilíbrio exacerbado em que se encontra o mundo no qual hoje vivemos.

Neste, que seria um primeiro estágio de reflexividade, apesar de nossas ações produzirem “reflexos danosos” continuamente, não os observamos e, conseqüentemente, não nos confrontamos com essas ações e reflexos, e muito menos os discutimos; continuamos observando o mundo da perspectiva da modernização “simples” enquanto as consequências de nossas ações tendem a ser globais e incontroláveis, ou seja, reflexivas (cf. Beck, 1997). Até aqui ainda não ultrapassamos este estágio.

Como já dissemos anteriormente, são destas tensões que emergem os “desafios de confrontação”. Para que esses desafios existam é preciso que “alguém” os observe e se sinta, por eles, desafiados. Agora, já podemos vislumbrar um segundo estágio de reflexividade. Apesar da força dos aspectos restritivos ao surgimento de uma visão de mundo diferente, “consciências e instituições reflexivas” podem ser constituídas e inter-relacionadas por intermédio de interações e relações reflexivas. Nessas reflexões, a articulação reflexiva que surge no âmago do sistema do capital — hoje “informacional” (cf. Castells, 1999a).

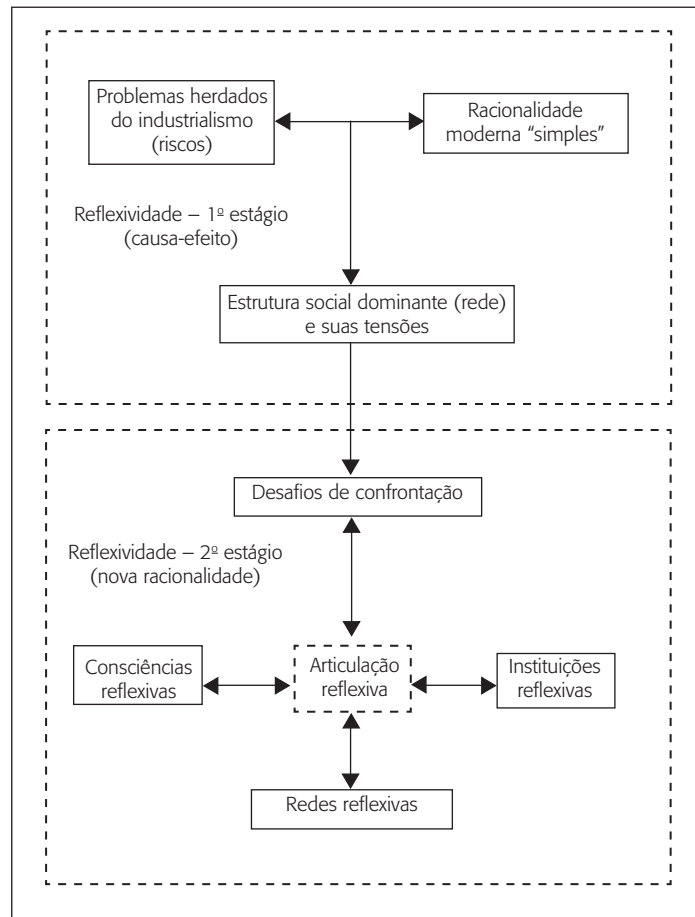
Este tipo de articulação, que aqui já não mais apenas apresentaria “indícios de reflexividade”, deve ser reflexivo assim como as demais interações e relações fundamentais para este processo de mudança social – possível quando agimos, conforme este segundo estágio de reflexividade, ou seja, orientados por uma nova racionalidade, a “racionalidade reflexiva” (Beck, 1992, 1997).

Como resultante deste processo, são constituídas redes reflexivas, tipo de arranjo social condizente com a estrutura social dominante de uma sociedade conectada por meio de redes globais, mas capaz de, neste mesmo tempo e espaço, propiciar o início de transformações que a humanidade tanto necessita.

Em suma, os problemas herdados do industrialismo (riscos) estão diretamente imbricados com uma racionalidade hegemônica, a racionalidade moderna simples (cf. Beck, 1992, 1997), e ambos os aspectos compõem a estrutura social dominante (rede) (cf. Castells, 1999a) que apresenta inúmeras tensões contemporâneas — até aqui num primeiro estágio de reflexividade em sua inerente relação de causa-efeito.

Estas tensões, quando observadas pelos agentes sociais, se configuram como desafios de confrontação. Para enfrentá-los, da forma que julgamos ser adequada — ou seja, reflexiva, assim como estes o são —, é preciso o desenvolvimento de consciências e instituições reflexivas, estando estas imbricadas por meio dos mais diversos tipos de interações e relações reflexivas — no escopo desta reflexão, a articulação reflexiva. Instituições e consciências reflexivas, por meio destas interações, geram o que chamamos de redes reflexivas, num segundo estágio de reflexividade atrelado ao surgimento de uma nova racionalidade, como pode ser observado na figura 3.

Figura 3
A caminho de uma sociedade reflexiva?



Mas, por intermédio destas redes reflexivas, estaríamos realmente a caminho de uma sociedade reflexiva? Não é à toa que esta questão é o título da figura, temos muito ainda a refletir e caminhar neste sentido...

O que pode ser aqui afirmado é que, no arcabouço teórico aqui constituído, surge espaço para que crenças e valores reflexivos sejam compartilhados em interações também reflexivas. Para tal, é preciso que haja ressonância, interlocução ativa, interesse da(s) outra(s) parte(s) em também se confrontar e interagir nesta perspectiva. Como reflexividade pede por mudanças na forma de pensar e agir (cf. Beck, 1992, 1997) não são todos que estão dispostos a rever seus conceitos e estilo de vida. “Fazer diferente” requer transformações que vão daquelas mais íntimas até práticas e significados “socialmente construídos e partilhados” (cf. Berger e Luckmann, 1985).

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. Consumer society. In: POSTER, Mark. *Selected writings*. Cambridge: Polity Press, 1998. p. 29-142.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 1.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v. 2.
- COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 393-446.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- JUNQUILHO, Gelson S. Condutas gerenciais e suas raízes: uma proposta de análise à luz da teoria da estruturação. *RAC — Revista de Administração Contemporânea*, São Paulo, v. 7, edição especial, p. 101-120, 2003.
- MELLO, Sérgio C. B. de; SÁ, Marcio G. de. Tecendo uma virtuosa colcha de retalhos: a constituição e interpretação de um corpus linguístico num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. *RAP — Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 385-410, 2006.
- MILLS, C.W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- OGBOR, John. O. Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies*, v. 37, n. 5, p. 605-635, 2000.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

ROLEAU, L.; JUNQUILHO, G.S. Analyse organisationnelle et théorie de la estruturation: le renouvellement du projet moderniste. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO EM PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXII, 1998, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: Anpad, 1998.

SÁ, Marcio G. de. Podemos ouvir *anthropological blues* na pesquisa em administração? In: ENANPAD, XXX, Salvador, 2006. *Anais...*

SÁ, Marcio G. de. *Reflexividade e articulação empreendedora na sociedade contemporânea: podemos fazer diferente?* Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SÁ, Marcio G. de; MELLO, Sérgio C.B. de. Aprendendo com as narrativas num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. *RAP — Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 175-205, jan./fev. 2009.

SÁ, Marcio G. de; MELLO, Sérgio C.B. de. No hemisfério da razão, consolidando focos e questões de interesse: observação e descrição densa num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. *READ — Revista Eletrônica da Administração*, Porto Alegre, v. 11, n. 6, p. 1-24, nov./dez. 2005b.

SÁ, Marcio G. de; MELLO, Sérgio C.B. de. Reflexividade e articulação na sociedade contemporânea: podemos fazer diferente? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXIX, Caxambu, 2005a.

SCHÖN, Donald A. *The reflective practitioner: how professionals think in action*. Aldershot, Hants, UK: Arena — Ashgate Publishing Limited, 1991.

STAKE, Robert E. Case studies. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 236-247.

STAKE, Robert E. *The art of case study research*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

STEVENSON, Nick. Consumer culture, ecology and the possibility of cosmopolitan citizenship. *Consumption, Market and Culture*, v. 5, n. 4, p. 305-319, 2002.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

WILK, Richard. Consuming morality. *Journal of Consumer Culture*, v. 1, n. 2, p. 245-260, 2001.

Marcio Gomes de Sá é professor do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE). E-mail: marciodesa@gmail.com.

Sérgio Carvalho Benício de Mello é professor associado 2 da UFPE. E-mail: sergio.mello@ufpe.br.